



Unifesspa - 21 a 25 de Setembro de 2015

I Seminário de Projetos Integrados
I Jornada de Extensão
I Seminário de Iniciação Científica
I Encontro de Pós-Graduação

MINERAÇÃO E CAMPESINATO EM CANAÃ DOS CARAJÁS: O AVANÇO CRUEL DO CAPITAL NO SUDESTE PARAENSE

Thiago Martins da Cruz¹ - Unifesspa

Célia Regina Congilio² - Unifesspa

Eixo Temático/Área de Conhecimento: Interdisciplinar

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho nos propomos a estudar o processo de intensificação do capitalismo na região sudeste paraense, sobretudo no município de Canaã dos Carajás, pelas ações, entre outras, da mineradora Vale S.A. Nos detemos em análises das consequências desse processo manifestas pela desestruturação da produção camponesa, frente à expansão do capital nesse município entre o período de 2004 a 2012.

Nesta pesquisa destacamos o que estamos chamando de camponês ou campesinato. Entendendo as discordâncias que a conceituação desta categoria coloca na atualidade e importância de compreendê-las, Shanin (1980) apresenta o que pode representar essas divergências:

Há razões para definir 'camponês' e há razões para deixar indefinida a palavra, uma figura de linguagem fora do domínio onde residem as criteriosas categorias do conhecimento. Tal decisão jamais é inconsequente pois este conceito se aceita como tal, vincula-se ao próprio âmago do pensamento teórico sobre a sociedade global contemporânea e reflete-se em conclusões de imediato interesse político e analítico. O que importa são as maneiras como tais palavras são utilizadas (SHANIN, 1980, p 43).

As relações entre o avanço do capital e o campesinato em Canaã do Carajás contém uma gama de complexidades por estar inserida num contexto de conflitos gerados pela velha e nova dinâmica de apropriação de territórios, expropriação das populações e lutas pela terra como forma de resistências. Essa nova dinâmica surge, principalmente, a partir da disputa entre os que habitam o solo e os que têm interesse no subsolo.

O Sudeste Paraense é uma região difícil de ser delimitada, devido aos programas e planos governamentais que tendem a inserir as regiões do sul e sudeste do Estado como a Mesorregião do sudeste do Pará. O Programa 'Territórios da Cidadania', do Governo Federal, considera que o sudeste paraense é composto por 14 municípios, sendo: Bom Jesus do Tocantins, Eldorado dos Carajás, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Itupiranga, Marabá, Nova Ipixuna, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia.

De modo geral esta região experimentou diversas frentes de expansão capitalista que datam do início do século XX e se deram em períodos diferentes ou concomitantes, na exploração de diamante, borracha, castanha, gado e minérios. Porém a movimentação na região se intensifica a partir da década de 1980 com a implantação do Programa Grade Carajás, Hidrelétrica de Tucuruí e descoberta do garimpo de Serra Pelada (VELHO, 1981; PETIT, 2003).

A região sudeste paraense é conhecida internacionalmente pela violência contra os movimentos populares e trabalhadores rurais que disputam a posse da terra e a permanência nela. São sucessivos massacres, assassinatos e violações de direitos contra trabalhadores, lideranças camponesas, religiosos e mediadores. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT, entre 1964 e 2010 foram assassinadas 914 pessoas por questões relacionadas à terra no estado do Pará. 654 destes assassinatos foram no sul e sudeste do estado, o que corresponde a 71,55% dos assassinatos. No ano de 2013, 46 pessoas ainda recebiam ameaças de morte no Pará. Apesar da repressão, exercida por fazendeiros com apoio do Estado, a região

¹ Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia pela UNIFESSPA, membro do GEPEMSSP

² Professora da UNIFESSPA e coordenadora do GEPEMSSP



Unifesspa - 21 a 25 de Setembro de 2015

I Seminário de Projetos Integrados
I Jornada de Extensão
I Seminário de Iniciação Científica
I Encontro de Pós-Graduação

conta com o maior número de Projetos de Assentamentos de reforma agrária, que somam um pouco mais de quinhentos.

Segundo Almeida (2012), após o episódio conhecido como Massacre de Eldorado de Carajás, ocorrido em 1996, em que 19 militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foram assassinados pela Polícia Militar do Pará, iniciou-se um processo de pressão nacional e internacional sobre o Estado Brasileiro que reagiu, reconhecendo inúmeras áreas ocupadas por trabalhadores rurais e transformando-as em projetos de assentamento-PA.

Canaã dos Carajás se insere nesse universo de conflitos gerados pela disputa do solo e subsolo. O município tem vivenciado transformações profundas tanto no campo, como na cidade, motivadas, principalmente, pelas ações da mineradora Vale na implantação de projetos de exploração mineral. E na atualidade, os maiores investimentos da Mineradora, na região, têm sido direcionados para implantação do Projeto Ferro Carajás S11D.

Marx (2013) nos ajuda a compreender como esses conflitos no campo e a consequente expulsão das populações camponesas se constituem como fundamentais para o processo de acumulação em curso na região de Carajás, com a superexploração da natureza e da força de trabalho, sobretudo na formação/manutenção de um exército industrial de reserva.

(...) se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado (MARX, 2013, p.707).

Esse exército industrial de reserva, ou superpopulação relativa, é formado, na região não só por populações expulsas do campo, mas por populações de outras regiões, principalmente do nordeste brasileiro, atraídas pelas propagandas de fartura de empregos. Podemos salientar que essas populações também já vêm de regiões tensionadas pela concentração da terra ou castigadas pelas grandes secas e falta de empregos.

Marx (2013) define a superpopulação em três formas: a flutuante, a latente e a estagnada. A flutuante seria a superpopulação de trabalhadores que ora são repelidos, ora são atraídos para os centros das indústrias modernas (fábricas, minas, etc.). São proletarizados e por algum motivo não estão assumindo nenhum posto de trabalho formal. A superpopulação latente seria as populações que ainda não foram proletarizada, como os camponeses, produtores pequeno-burgueses, profissionais liberais, etc. Essa superpopulação, em extrema necessidade seria empurrada para a proletarização. Aqui nos chama atenção para a situação dos camponeses:

Uma parte da população rural, se encontra, por isso, continuamente em vias de se transferir para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de circunstâncias favoráveis à essa metamorfose(...)Essa fonte da superpopulação relativa flui, portanto, continuamente, mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe a existência, no próprio campo, de uma contínua superpopulação latente, cujo volume só se torna visível a partir do momento em que os canais de escoamento se abrem, excepcionalmente, em toda sua amplitude. O trabalhador rural é, por isso, reduzido ao salário mínimo e está sempre com um pé no lodaçal do pauperismo (MARX, 2013, p. 717-8).

A superpopulação estagnada seria formada pelas pessoas que vivem num estado de pauperismo sem precedente como os mendigos, alcoólatras, delinquentes e prostitutas, em suma o lumpemproletariado propriamente dito, cujo crescimento populacional temos observado em expressões sem precedentes nos municípios circunscritos à expansão capitalista na região.

2. MATERIAIS E MÉTODOS



Unifesspa - 21 a 25 de Setembro de 2015

I Seminário de Projetos Integrados
I Jornada de Extensão
I Seminário de Iniciação Científica
I Encontro de Pós-Graduação

Para entender essa dinâmica partimos do princípio de que as Ciências Sociais se propõem a investigar a interação social dos seres vivos nos diferentes níveis de organização da vida e, para tanto, tem se dedicado a descobrir manifestações que possibilitem a descrição e interpretação dos fenômenos sociais em termos da ordem existentes nas condições e nos níveis de sua manifestação. Na sua interpretação o cientista social tem que lidar com variáveis que precisam ser analisadas em conjunto e que são suscetíveis de combinar-se, em situações similares, seguindo esquemas não uniformes, por isso a dificuldade de elaboração de 'leis', da forma como realizadas nas ciências exatas (FERNANDES, 2004). Portanto, as relações entre o avanço do capital e a produção camponesa podem ser compreendidas, predominantemente, pela utilização da pesquisa qualitativa.

O processo de mudança social que está em curso no sudeste paraense tende a pressionar os territórios já constituídos por trabalhadores rurais, povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, bem como avolumar e precarizar os núcleos urbanos em formação. Esse processo poderá ser intensificado e acelerado nos próximos anos, o que propõe desafios para as Ciências Sociais e Humanas, além da relação com outras áreas de conhecimento, no sentido de compreender e apontar para as contradições que se dão no âmbito dessas mudanças. Na tentativa de entender essa realidade, traçamos uma estratégia metodológica seguida de uma pesquisa empírica, mas levando em conta a preocupação manifesta por Florestan Fernandes: '*a realidade não é susceptível de apreensão imediata, e sua reprodução, para os fins da investigação científica, exige o concurso de atividades intelectuais deveras complexas*' (FERNANDES, 2004, p 124).

Para investigarmos a relação entre a mineração e a produção camponesa, frente à expansão do capital em Canaã dos Carajás, utilizamos algumas técnicas metodológicas como o estudo bibliográfico e documental, observação direta e entrevistas semiestruturadas.

Investigar os impactos da mineração sobre a produção agrícola camponesa em Canaã dos Carajás é dar largos passos para o entendimento desse novo período na história da Amazônia. Entendemos que o objeto pesquisado representa apenas um minúsculo espaço desse universo, mas que as práticas adotadas no município têm se reproduzido, com outras roupagens e contextos, em outras partes, tanto do Brasil, da América Latina, da África e da Ásia.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Capital e sua dinâmica, em qualquer parte do mundo, estão sempre em busca de sua reprodução e renovação para que se garanta continuamente a existência da acumulação econômica a partir dos lucros gerados pelo uso intensivo dos recursos naturais e da força de trabalho, da espoliação e expropriação, proporcionando enormes prejuízos para as populações. Mas a dinâmica do Capital não teria tanta **eficácia se não tivesse a força do Estado**, disponibilizando seu aparato político, jurídico e militar, como indutor e protetor da acumulação.

Constantemente o Estado está alterando ou deixando de cumprir as legislações ambientais e trabalhistas com iniciativas chamadas de flexibilização. Amparadas por estas flexibilizações as empresas diminuem seus gastos e se acham no direito de destruir todos os bens naturais e populações, considerados como entraves para a implantação de seus projetos. Em 2008 a Vale exerceu forte pressão junto ao CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente para alteração da Lei de Cavernas, para possibilitar a implantação do projeto S11D. Nos municípios de Canaã dos Carajás e Ourilândia do Norte a Vale destruiu as vilas Sossêgo, Serra Dourada, Racha Placa e os Projetos de Assentamento Carajás II, Tucumã e Campos Altos.

O papel assumido pelo Estado tem sido fundamental para atendimento das necessidades de expansão da acumulação capitalista na Amazônia, com ênfase para o período do governo da ditadura civil-militar (1964-1985), seguido de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e os doze anos do governo do PT (2003-2014). Tiveram prioridades a implantação de infraestruturas (rodovias, ferrovias, hidrelétricas, portos e aeroportos), pesquisas minerais, projetos agroindustriais, com financiamentos e incentivos fiscais em abundância. Em dados momentos o Estado assume a realização das atividades, em outros ganham ênfase as privatizações e em outros são priorizadas as parcerias público/privado, este último como forma de transformar o que é público em direito privado.



Unifesspa - 21 a 25 de Setembro de 2015

I Seminário de Projetos Integrados
I Jornada de Extensão
I Seminário de Iniciação Científica
I Encontro de Pós-Graduação

No sudeste do Pará o Estado exerce uma grande intervenção para favorecer a expansão da acumulação capitalista a partir da exploração mineral. Considerando a grande importância da província mineral de Carajás o Estado se manifesta com a construção de rodovias, ferrovia, hidrelétrica, e programa de suporte financeiro, político e jurídico ao Programa Grande Carajás.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se no passado o Estado teve um papel fundamental no financiamento, incentivos fiscais, na construção de infraestrutura de geração de energia e transporte, para a penetração do capital no sudeste paraense e na Amazônia, na atualidade mantém garantido o financiamento, principalmente por meio do BNDES, com projetos de construção de infraestrutura para geração de energia, como o caso das Hidrelétricas de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará, e Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, em Rondônia. A infraestrutura de transporte e comunicação também continua na agenda estatal.

4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rogério Almeida. **Territorialização do campesinato no Sudeste Paraense**. Belém: NAEA, 2012.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia: objeto e principais problemas** Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante. Octavio Ianni (org.). São Paulo. Expressão Popular. [p 77-122] 2004.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política: Livro I: o processo de produção de capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PETIT, Pere. **Chão de Promessas: Elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.

SHANIN, T. A. **A definição de camponês – conceituações**. Estudos Cebrap. Petrópolis: Vozes, 1980.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.